



Revista Organizações & Sociedade
2026, 33(115), 001-026

© Autor(es) 2026

Secção: Artigo

DOI 10.1590/1984-92302025v33n0009PT

e-location: ev33n0009PT

eISSN 1984-9230 | ISSN 1413-585X

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editora Associada:

Valeria Giannella

Recebido: 29/12/2024

Aceito: 30/09/2025

Redes Alimentares Alternativas¹: Características e Dinâmicas que Constituem a Alternatividade na Compreensão da Produção Acadêmica

Tânia Soares da Silva^a

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

Resumo

Este artigo analisa as características e dinâmicas que constituem a alternatividade nas Redes Alimentares Alternativas (RAAs), destacando como essas redes se diferenciam do sistema alimentar convencional. A relevância do estudo reside na crescente importância das RAAs como agentes de transformação, desafiando a hegemonia da agricultura industrial e apontando para sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e integrados. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, foram analisados 106 artigos indexados nas bases Web of Science e Scopus. A metodologia envolveu a busca por termos específicos, leitura integral dos textos e construção de um banco de dados para sistematização e análise qualitativa. Como resultado, identificaram-se 34 características atribuídas às RAAs, sendo as dez mais citadas: Relações Próximas entre os Atores; Preocupação Econômica, Social e Ambiental; Ênfase no Local; Estruturas Organizacionais Diferenciadas e Diversas; Educação, Escolha Consciente e Consumo Responsável; Valores Compartilhados; Desafio ao Paradigma Dominante; Prática de Ativismo e Consciência Política; Desafios à Manutenção e Adaptabilidade das RAAs e Práticas Agrícolas Não Convencionais. A análise

dos resultados obtidos indica que a alternatividade não constitui um atributo fixo, mas um conceito interpretado de variadas formas, refletindo a coexistência de diferentes valores, práticas e estruturas organizacionais. Nesse sentido, o estudo sistematiza criticamente esses elementos encontrados, oferecendo uma visão abrangente sobre as múltiplas formas pelas quais a alternatividade é concebida nas RAAs, ampliando a compreensão teórica sobre o fenômeno e fornecendo subsídios para futuras investigações que desejem aprofundar o debate em contextos diversos.

Palavras-chave: Redes Alimentares Alternativas, Alternatividade, Organizações Alternativas.

Introdução

À medida que as RAAs se destacam na cena alimentar contemporânea, sua contraposição ao modelo de agricultura industrial convencional ganha relevância, promovendo uma visão que transcende simplesmente as práticas agrícolas nelas envolvidas, englobando também as relações sociais e econômicas ligadas à produção e consumo de alimentos (Reynaud, Fulconis & Paché, 2019).

Diante da ampliação de sua relevância no cenário global, torna-se necessário ir além da descrição empírica das RAAs e aprofundar a reflexão sobre os próprios conceitos que estruturam esse campo de estudo. Essas redes não devem ser compreendidas como categorias dotadas de uma definição intrinsecamente clara, pois sua configuração varia significativamente conforme os contextos socioterritoriais, as práticas adotadas e os valores que orientam seus atores. A literatura revisada evidencia que a alternatividade atribuída às RAAs é múltipla e relacional, resultante de diferentes interpretações sobre o que significa “distanciar-se do modelo agroalimentar dominante”, o que impede a fixação de uma definição universal.

Assim, neste estudo, o termo “redes” é entendido como um conjunto de arranjos relacionais entre atores diversos; como produtores, consumidores e organizações intermediárias; sustentados por vínculos de proximidade e confiança (Seyfang, 2006; Darolt *et al.*, 2016). Da mesma forma, o termo “alternativas” não possui um significado único e estável, pois depende de múltiplos fatores e do contexto específico em que é analisado. Neste artigo, a alternatividade é abordada conforme as perspectivas de Dufeu *et al.* (2020) e Rosol (2020), que a compreendem não apenas em termos de práticas sustentáveis ou canais curtos de comercialização, mas como a proposição de outras lógicas sociais, econômicas e políticas, frequentemente em tensão com o sistema agroalimentar dominante. Este, por sua vez, refere-se ao modelo global prevalente de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, caracterizado por práticas industriais, centralização corporativa e forte integração ao regime capitalista global.

Nesse sentido, o sistema agroalimentar dominante remete a um regime global no qual a produção e circulação de alimentos são organizadas por grandes corporações transnacionais e suportadas por políticas neoliberais, acordos multilaterais e investimentos em tecnologias industriais. Este sistema, que emergiu a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se nas últimas décadas com a introdução de mecanismos como subsidiamento agrícola, monoculturas extensivas, uso intensivo de insumos químicos, biotecnologia e integração vertical das cadeias produtivas, dentre outros (Dufeu *et al.*, 2020; Rosol, 2020).

Segundo Gaitán-Cremaschi *et al.* (2019), sistemas alimentares dominantes combinam práticas convencionais de produção (alta produtividade, uso intensivo de insumos químicos,

monoculturas, dentre outros) com cadeias de valor hierárquicas e altamente formalizadas, conectando grandes agronegócios em redes de distribuição globais. Forma essa que possui forte contraste com sistemas alimentares alternativos baseados em proximidade, autonomia e governança local.

Nesse sentido, as RAAs operam como projetos coletivos que visam reconfigurar não apenas a forma de produzir alimentos, mas também os valores, saberes e modos de organização da vida social (Levkoe, 2011). Portanto, para compreender sua relevância, é necessário analisar criticamente os princípios que as orientam, suas dinâmicas organizacionais e as disputas internas que enfrentam em sua trajetória.

Conforme já mencionado, enquanto a agricultura convencional se baseia em práticas intensivas que priorizam o monocultivo, o uso extensivo de agroquímicos e a centralização da produção, as RAAs propõem uma abordagem mais diversificada e descentralizada. Essas redes desafiam a lógica da produção em larga escala, optando, em geral, por métodos agroecológicos que promovem a sustentabilidade ambiental, a regeneração do solo e a preservação da biodiversidade (Quiédeville, Bassene, Lançon, Chabrol & Moustier, 2018).

A resistência agrícola inerente às RAAs não apenas confronta as práticas convencionais, mas também busca redefinir o relacionamento entre produtores e consumidores. Ao priorizar a proximidade entre quem produz e quem consome, essas redes estabelecem conexões mais diretas, fomentando relações de confiança e transparência. Esse contraste evidencia não apenas uma mudança nos métodos agrícolas, mas uma reconfiguração fundamental nas interações sociais e econômicas ligadas à produção de alimentos. Assim, as RAAs não apenas oferecem alternativas ao modelo industrial, mas também desafiam sua hegemonia, apontando para um horizonte de possibilidades que vislumbra sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e integrados (Lundström, 2011).

Estudos destacam a importância da promoção da agricultura orgânica e práticas agroecológicas para um desenvolvimento econômico mais sustentável. Ainda que exista um consenso em torno da relevância dessas práticas, a diversidade de perspectivas sobre como implementar esses objetivos destaca a riqueza e a complexidade inerentes às RAAs. Assim, o debate em torno das RAAs revela um cenário complexo e dinâmico, onde diferentes perspectivas convivem em um intrincado mosaico de abordagens, desafios e potencialidades (Dufeu, Le Velly, Bréchet & Loconto, 2020).

Com base neste cenário, este estudo explora a complexidade dessas redes, oferecendo, por meio de uma revisão sistemática da literatura, uma análise acerca de elementos que permeiam as discussões acadêmicas sobre a produção, distribuição e consumo de alimentos de maneira alternativa. Dessa forma, o objetivo deste artigo é verificar quais características e dinâmicas constituem a alternatividade das RAAs, analisando seus elementos organizacionais e as inter-relações que compõem essas redes. Assim, pretende-se oferecer uma compreensão mais abrangente e contextualizada das RAAs, contribuindo para o entendimento do papel dessas redes na transformação do sistema alimentar e suas implicações para o cenário alimentar global.

Metodologia

O presente estudo foi efetuado por meio de revisão sistemática de literatura, com a utilização das bases de dados eletrônicas de periódicos indexados Web of Science e Scopus. Não foi utilizado parâmetro de delimitação de ano de publicação, visando o alcance do maior número possível de artigos e objetivando abranger variadas visões sobre o assunto no decorrer do tempo.

Esta investigação envolveu a busca por artigos que possuíam em seu título, palavras-chave ou resumo os termos: “agri-food networks” ou “food networks” ou “food systems”; “organizations” ou “companies” ou “enterprises” ou “associations” ou “cooperatives” ou “non-governmental organizations” ou “civil society organizations”; “alternative” ou “alternatively”. Na busca, foram utilizadas variadas formas para os termos “Redes Alimentares” e “Alternatividade”, assim como variadas tipologias relacionadas ao termo “Organizações”, visando o alcance do maior número possível de estudos sobre o assunto. Da mesma forma, os termos foram utilizados em língua inglesa visando proporcionar um maior alcance de busca, haja vista que a língua inglesa constitui-se no padrão internacional de publicação. Os termos “Redes Alimentares” e “Alternatividade” foram escolhidos por se tratarem do assunto principal do presente estudo, enquanto que “Organizações” foi acrescido pelo fato de as RAAs serem constituídas, grande parte, por organizações; estando este estudo sob a perspectiva analítica das ciências da administração.

Nesta busca foram encontrados 194 artigos na plataforma Web of Science e 1.437 artigos na plataforma Scopus, totalizando 1.631 estudos. Todos os artigos encontrados foram transferidos para o aplicativo Ryyan para a realização da triagem e avaliação de quais artigos fariam parte da pesquisa. Verificou-se que 141 artigos estavam em duplicidade, sendo os mesmos retirados da pesquisa. Na sequência foram lidos todos os resumos dos artigos encontrados, visando verificar se os mesmos, de fato, versavam sobre RAAs e alternatividade. Artigos como revisões de literatura e meta-análises também foram excluídos do estudo por se tratarem de artigos baseados em dados secundários. Desta forma, dos 1.631 artigos restaram 326 que foram lidos em sua integralidade. Após esta leitura foram retirados 220 artigos que não respondiam ao objetivo da pesquisa, restando, por fim, 106 artigos que foram utilizados para este estudo. O fluxograma com as etapas da coleta e triagem dos artigos pode ser observado na sequência:

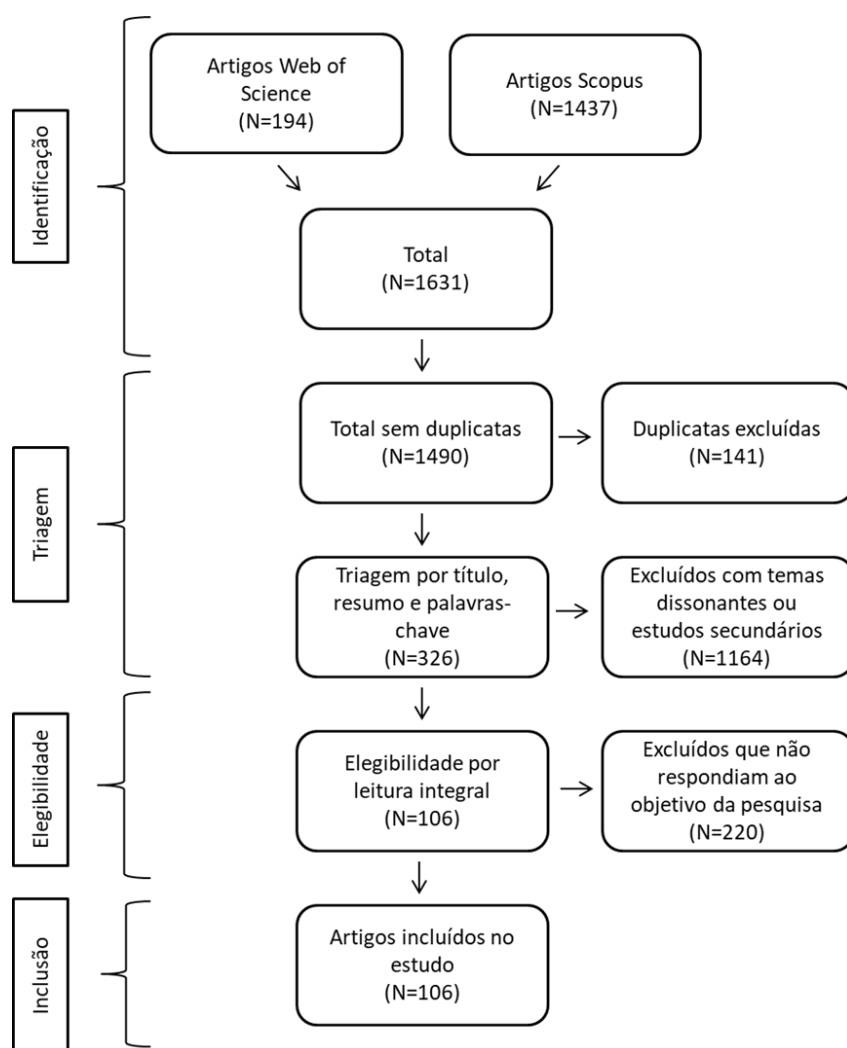


Figura 1. Processo de Pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 106 artigos resultantes do processo de seleção, observou-se uma diversidade de contextos geográficos, com experiências localizadas em 37 países distintos. Importa destacar que um mesmo artigo pode ter como objeto de estudo mais de um país, o que justifica a soma total superior ao número de artigos. A Europa concentra a maior parte dos estudos, com catorze relacionados à Itália, oito à França, oito ao Reino Unido, sete à Alemanha, sete à Espanha, quatro à Polônia, quatro à Áustria, dois à Holanda e dois à Suíça. Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Eslováquia, Finlândia, Grécia, Luxemburgo, Noruega, República Tcheca, Romênia, Suécia e Turquia apresentam-se como objeto de estudo de um artigo cada.

Na América do Norte foram identificados catorze estudos voltados aos Estados Unidos, oito ao Canadá e três ao México. Já na América do Sul há quatro com foco no Brasil, dois na Colômbia, além de um no Equador e outro na Venezuela. A América Central, como um todo, é contemplada em um estudo. No continente asiático, sete artigos abordam a China e dois o Japão. Índia, Coreia e Taiwan apresentam-se como objeto de estudo de um artigo cada. A Oceania aparece com um

estudo referente à Austrália. Já a África conta com dois estudos: um relacionado ao Quênia e outro ao Senegal. Além disso, seis artigos apresentam abordagem teórica-conceitual, não se constituindo em estudos de caso.

Deste modo, torna-se evidente uma lacuna importante nos estudos relacionados às RAAs presentes nas ferramentas de busca Web of Science e Scopus referente, principalmente, a países da África, América Central e Oceania.

Discussão e Análise

Para a análise e sistematização dos dados foi elaborado um banco de dados com todas as características apresentadas nos textos como sendo inerentes às RAAs, indicando-se a ideia central de cada estudo sobre determinada característica, assim como os autores correspondentes. Dessa forma, foi possível fazer um agrupamento de dados verificando-se consensos e pontos divergentes entre os autores. No total, foram encontradas 34 características citadas pelos autores como sendo inerentes às RAAs. Essas 34 características foram agrupadas por similaridade, restando quinze características abrangentes das RAAs. As dez características mais recorrentemente citadas nos artigos examinados foram tomadas como categorias de análise para esse estudo e constituem cada uma das subseções que serão apresentadas e discutidas nesta seção.

Relações Próximas Entre os Atores

A característica mais mencionada nos estudos analisados, destacada em 34 artigos, é a proximidade nas relações entre os componentes das RAAs. Essas redes reúnem diversos atores que buscam inovar nas formas de produção e distribuição de alimentos, promovendo mais do que simples transações econômicas. Essas redes dão origem a comunidades interdependentes, utilizando o alimento como um meio para construir laços comunitários, promover coesão social e expressar valores alternativos (Seyfang, 2006), além de criarem espaços interativos voltados para a experimentação e o desenvolvimento (Zhong, Hughes, Crang, Zeng & Hocknell, 2022).

As RAAs se destacam por estabelecer níveis elevados de envolvimento entre produtores e consumidores, baseados em relacionamentos confiáveis e solidários (Zoll, Specht, & Siebert, 2021), sendo tais vínculos cruciais para o funcionamento dessas redes que se baseia, em muito, em aspectos como solidariedade e companheirismo (Śpiwak & Goszczyński, 2023). Beacham (2018) enfatiza ainda a participação ativa dos atores e suas conexões com o “mais que humano”, ressaltando a importância do engajamento com o meio ambiente e outras formas de vida.

Apesar da proximidade nos relacionamentos, lacunas e divergências podem surgir devido às diferenças de valores e prioridades entre os participantes (Zhong *et al.*, 2022). Contudo, Liu, Ravenscroft, Ding e Li (2019) destacam que, mesmo com perspectivas distintas, as relações pessoais e de confiança desempenham um papel central nas RAAs, sendo essenciais para a transição dessas redes a estruturas mais complexas.

Outros desafios das RAAs estão relacionados à desorganização e desconexão, conforme apontado por González e Lorenzini (2021), fato que por vezes afeta as relações entre os atores. Os mesmos autores defendem a necessidade de construir pontes para ampliar a influência dessas

redes. Apesar dessas adversidades, Guarascio (2022) ressalta que essas redes continuam a contribuir para o desenvolvimento por meio da inovação social, estimulada pelas relações diretas entre os atores. Desse modo, fica evidente que as RAAs se fundamentam, grande parte, em relações confiáveis e colaborativas para enfrentar os desafios de sua formação e fortalecimento.

Um aspecto pertinente com relação às RAAs citado por Reckinger (2018) é o fato de, costumeiramente, haver uma limitação na ampliação dessas conexões, resultando em redes com número restrito de participantes. Esse fato se deve a inúmeros fatores, dentre eles a falta de recursos financeiros e de infraestrutura, falta de conhecimento acerca dos valores e objetivos das RAAs, barreiras culturais e sociais, dentre outros. Esse desafio evidencia a necessidade de políticas públicas que fortaleçam o setor alimentar alternativo, ampliando sua abrangência, popularizando essas redes e promovendo sua disseminação.

Entre os elementos relevantes das RAAs, destacam-se as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), que visam fortalecer os laços entre produtores e consumidores, formando comunidades solidárias, e meios de troca direta entre produtor-consumidor (Zoll *et al.*, 2018). Gugerell, Mühlmann, Schermer e Wolf (2021) identificam a confiança e a colaboração como fatores-chave nas CSAs, características essas que também tornam-se indispensáveis para atrair novos membros a esses grupos (Zhang, 2023). Desta forma, a ênfase nas interações sociais e na construção de comunidades ressalta a relevância da participação coletiva no desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis (Klimek, Pöllinger-Schwinghammer, & Kromp-Kolb, 2021).

Assim sendo, a importância das relações de proximidade, confiança e colaboração são muito citadas como elementos centrais das RAAs, reconhecendo seu papel na construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis e solidários. No entanto, divergências surgem em relação às limitações dessas redes e a dificuldade de ampliar sua abrangência e influência. Apesar dos desafios, há um consenso sobre o potencial transformador das RAAs, especialmente por meio de iniciativas como as CSAs, que reforçam os laços comunitários e promovem inovações sociais no setor alimentar.

Preocupação Econômica, Social e Ambiental

Um ponto recorrente é a menção à preocupação das RAAs com aspectos sociais, ambientais e econômicos, que aparece em 25 dos artigos consultados. Touri (2018) destaca que as RAAs promovem benefícios que ultrapassam o acesso ao mercado, contribuindo para o bem-estar e a autoeficácia das comunidades agrícolas.

Segundo Seyfang (2006), a preocupação com a questão ambiental, por meio da promoção de práticas agrícolas sustentáveis, emergem como características-chave das RAAs, permitindo que pequenos agricultores aumentem a criação de valor de seus produtos a partir da produção de alimentos por métodos menos prejudiciais ao meio ambiente e às comunidades; enquanto Belda-Miquel (2022) enfatiza a capacidade das RAAs de contribuir para a melhoria do bem-estar, proporcionando benefícios que afetam diversos aspectos da experiência humana. Essas redes não são apenas estratégias de desenvolvimento, mas também agentes de transformação social, impactando a saúde, as emoções e a capacidade de transformação do ambiente.

O equilíbrio entre rentabilidade aliado à tríplice sustentabilidade (econômica, social e ambiental), segundo Connolly, Bogue, e Repar (2022), é essencial para o desenvolvimento das RAAs, sendo essas redes não apenas estratégias de negócios, mas organizações que estão integradas a metas sociais mais amplas (Venn *et al.*, 2006). Nesse sentido, Watson (2020) cita a mudança na perspectiva “capitalocêntrica” (capital como o foco) para um foco na produção de valor de uso que atenda às necessidades humanas e promova o bem-estar ambiental. Sobre esse mesmo tema, Bauermeister (2016) e Manganelli, Van Den Broeck e Moulaert (2020) sublinham a necessidade de equilibrar preocupações econômicas, ambientais e sociais, destacando a interconexão entre questões sociais e ecológicas na governança das redes.

Contudo, Manser (2022) destaca que apesar da importância dessas questões na governança das redes, há ainda uma escassez de critérios relacionados à equidade, meio ambiente e sustentabilidade nos documentos de governança dos mercados de agricultores, fazendo com que essas organizações possuam pouca efetividade no planejamento e promoção efetiva de quesitos como igualdade e inclusão social de indivíduos.

Ainda sobre os problemas enfrentados pelas RAAs, Qi (2023) aponta a falta de abordagem às desigualdades de gênero, ressaltando que as escolhas relacionadas ao trabalho agrícola podem excluir as mulheres dos benefícios da participação. Rignall *et al.* (2022) reconhecem a possibilidade de organizações bem-intencionadas como as RAAs cometerem erros ou omissões com relação a diferentes etnias, como falta de análise explícita das dinâmicas raciais na cadeia alimentar.

Embora ainda haja um longo caminho em direção à equidade, Si e Scott (2016) destacam que apesar de muitos problemas a serem solucionados, as RAAs são precursoras de um modelo de desenvolvimento mais viável economicamente a longo prazo, ecologicamente integrado e socialmente justo. Desta forma, ainda que existam desafios a serem superados, essas redes demonstram potencial para promover uma agricultura mais sustentável e sistemas alimentares mais equitativos.

Portanto, os autores convergem em reconhecer as RAAs como iniciativas transformadoras, capazes de integrar preocupações econômicas, sociais e ambientais, promovendo benefícios que vão além do acesso ao mercado e impactam positivamente o bem-estar das comunidades agrícolas. No entanto, há divergências quanto à efetividade dessas redes em enfrentar questões como equidade, inclusão social e sustentabilidade. Enquanto alguns autores destacam seu potencial para construir sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, outros apontam limitações na governança e falhas na abordagem de desigualdades de gênero, raça e inclusão social, evidenciando que as RAAs ainda enfrentam desafios para concretizar plenamente seus objetivos.

Ênfase no local

A ênfase na importância do localismo nas RAAs é uma ideia compartilhada por vinte dos artigos consultados. McInnes, Fraser, Gedalof & Prata (2017) relatam que uma das metas do movimento alimentar alternativo é promover práticas alimentares mais próximas e relevantes para as comunidades locais.

Outro elemento citado são as Cadeias Curtas de Comercialização (CCC), que segundo Lino, Rover e Pereira (2021) são aquelas onde há a menor distância e número de intermediários entre

agricultor e consumidor. Assim, iniciativas voltadas para a promoção das CCCs, como as citadas por Souza, Rover e Forno (2023), indicam um esforço para criar um sistema alimentar local mais sustentável. Além disso, Ramírez e Cadavid-Castro (2022) e Tudisca, Di Trapani, Sgroi, e Testa (2014) também acreditam que as CCCs contribuem para o desenvolvimento social e manutenção das RAAs.

No entanto, há autores que não concordam com a ideia de que o caráter local seja a solução para sistemas alimentares mais eficientes. Zhong *et al.* (2022) fazem parte desse grupo, divergindo da ideia de localismo como algo ideal; ressaltando a baixa eficiência de produção e a complexidade das RAAs, que podem limitar a construção de relações sociais, resultando em um pequeno círculo de elites sociais que compõem/usufruam dessas redes. Beckie, Kennedy, e Wittman (2012) também relatam alguns desafios comuns às RAAs, como dificuldade de escala, escopo, infraestrutura e capacidade organizacional.

A contribuição dos atores locais para a segurança alimentar, mantendo valores de proximidade e tomada de decisões horizontais e mais inclusivas, é um ponto positivo destacado por Manganelli e Moulaert (2018) nas RAAs. Contudo, desafios e divergências surgem quando se considera a complexidade e as nuances dessas práticas no dia a dia das organizações.

A necessidade de adaptação ao contexto local é reconhecida por Liu *et al.* (2019), haja vista que não há regras universais que garantam o sucesso das RAAs, sendo essencial considerar as especificidades de cada território. Autores como Sacchi, Stefani, Romano, e Nocella (2022) questionam a ideia de que o “local” é inerentemente desejável, destacando a complexidade que envolve uma rede de atores e suas amplas necessidades, sendo a ideia do “local” nem sempre aplicável a qualquer RAA. A chamada para repensar métodos tradicionais em direção a abordagens mais adaptativas de Leitheiser, Fischer, Hermans & Delhey (2022) enfatiza a necessidade de uma abordagem flexível para enfrentar os desafios específicos de cada contexto.

O tema do localismo torna-se evidente também na análise das relações nas CSAs feita por Gugerell *et al.* (2021), que relatam que a ideia de proximidade geográfica pode não ser a variável mais crucial para o sucesso dessas comunidades, também relativizando a ideia de que o “local” seria um elemento inerente às RAAs.

Já Trauger & Passidomo (2012) destacam que a desconexão entre os locais de produção e consumo é reconhecida como uma fonte de instabilidade. Levkoe (2011) e Mount & Andrée (2013) relatam que uma política alimentar transformadora defende uma abordagem de localização e a governança pós-neoliberal e reconhece formas locais e regionalmente evoluídas de desenvolvimento.

Dessa forma, nota-se que o debate sobre o localismo nas RAAs reflete uma diversidade de perspectivas e diferenças de interpretação em relação ao tema, assim como diferentes visões sobre qual seria a melhor implementação desse localismo e quais seriam, de fato, os desafios operacionais relacionados ao mesmo, demonstrando a falta de uma unanimidade entre os autores analisados e a possibilidade de novos estudos que abordem essa temática.

Estruturas Organizacionais Diferenciadas e Diversas

A variedade de estruturas organizacionais é citada em vinte dos artigos analisados como uma característica inerente às RAAs. Os Mercados de Agricultores, por exemplo, emergem como

entidades descentralizadas, de escala local, sustentando economias e reduzindo externalidades ambientais (Connolly *et al.* 2022). Já Touri (2018) enfatiza o papel das pequenas empresas como parte intrínseca do mercado global de alimentos e entidade dominante na constituição das RAAs.

Essa diversidade se reflete também na multiplicidade de funções desempenhadas pelos atores envolvidos. Escobar-López, Orozco-Rodríguez & Olvera-Castro (2022) ressaltam essa diversidade de papéis exercidos pelos atores das RAAs, revelando uma rica teia de perspectivas e gerações sociológicas onde variados atores praticam múltiplas funções visando o bom funcionamento das redes. Śpiewak, & Goszczyński (2023) relatam que essa diversidade também se dá na variação nas regras, formalizações e relacionamentos modelados pela natureza da rede e motivações dos fundadores.

A descentralização, evidenciada por Kump & Fikar (2021), destaca as cooperativas alimentares como organizações fomentadoras da participação ativa de membros, entrelaçando produtores e consumidores, enquanto Tavella e Papadopoulos (2017) enfatizam a importância da tomada de decisões participativas e democráticas dessas organizações.

Da mesma forma, Dufeu *et al.* (2020) apontam a criação de regras pela coletividade de agricultores engajados em cooperativas e associações como aspectos relevantes e característicos das RAAs. Manganelli & Moulaert (2018) compartilham dessa perspectiva ressaltando a reflexividade presente nessas organizações, contribuindo para a natureza “*bottom-up*” (gestão de baixo para cima) das RAAs.

Apesar de as organizações de menor porte ainda serem uma constante nas RAAs, conforme já mencionado, a transformação estrutural que ocorre nessas redes se manifesta na narrativa de Touri (2018) que destaca a cada vez mais constante mudança de estruturas organizacionais mais simples para complexas.

A reflexão sobre a organização das RAAs sublinha não apenas a heterogeneidade, mas também a coexistência e coevolução de modelos agrícolas, onde práticas e estruturas mais tradicionais mesclam-se a práticas e constituições mais modernas. A estrutura socioeconômica e condições específicas do território são destacadas por Vercher (2022) como sendo causas da diversidade e complexidade dessas organizações, adicionando camadas à compreensão da emergência e desenvolvimento desses processos. Plumecocq, Debril, Duru, Magrini, Sarthou & Therond (2018) relatam que, devido à essa complexidade inerente às RAAs, as transições agroecológicas costumam ser incrementais ao invés de radicais, apontando para uma diversidade de caminhos possíveis para essa transformação.

Desta maneira, as RAAs, como entidades dinâmicas e diversas, moldam-se em resposta a uma série de tensões e desafios, adaptando-se às condições impostas pelo mercado e cenário onde estão localizadas (Levkoe, 2014). Chiffolleau, Millet-Amrani, Canard, e Garçon (2019) reforçam a ideia de que não há uma única forma de organizar a nova economia alimentar. Essa diversidade é ecoada por Rignall *et al.* (2022), que reconhecem a complexidade das RAAs e ressaltam a falta de um modelo único.

Assim sendo, apesar da riqueza e diversidade destacadas, a pluralidade estrutural e organizacional das RAAs também revela desafios significativos. A ausência de um modelo único levanta questões sobre a capacidade dessas redes de se expandirem e consolidarem práticas alternativas em larga escala, enfrentando as pressões de mercados hegemônicos. A

descentralização e a gestão participativa tanto promovem maior flexibilidade, como também podem gerar vulnerabilidades, como desorganização ou dificuldades de articulação entre diferentes atores e territórios. Assim, a complexidade das RAAs torna-se um desafio de equilíbrio entre a busca por maior equidade e acessibilidade e a necessidade de estabilidade e sobrevivência organizacional.

Educação, Escolha Consciente e Consumo Responsável

A interseção entre educação, escolha consciente e consumo responsável é mencionada em dezessete dos artigos consultados e, segundo seus autores, interferem na conscientização e compreensão por parte dos consumidores sobre os impactos de suas escolhas alimentares. Segundo Darolt, Lamine, Brandenburg, Alencar & Abreu (2016), a participação por parte dos consumidores nas RAAs não se restringe apenas à busca por alimentos, mas abrange valores sociais, econômicos, ambientais e políticos, revelando um consumo consciente por parte dos atores. Essa consciência e conhecimento por parte dos consumidores, segundo Schumilas & Scott (2016), possui uma explicação: grande parte desses consumidores fariam parte de uma classe média, possuindo mais acesso à educação e maior consciência com relação à importância das RAAs. Esse fato, segundo os autores, abriria a discussão de até que ponto essa forma de produção e consumo estaria efetivamente acessível a todos.

A consciência com relação ao consumo é mencionada como parte da cidadania alimentar, onde os consumidores se tornam “consumidores cidadãos”, integrando aspectos econômicos e políticos em suas escolhas alimentares (Dubuisson-Quellier, Lamine & Le Velly 2011). Sobre o mesmo tema, Seyfang (2006) menciona a ecocidadania como aspecto relevante no contexto do consumo nas RAAs. A ecocidadania refere-se ao exercício de uma cidadania ambientalmente responsável, que envolve a integração de práticas sustentáveis no consumo e na produção de alimentos, considerando os impactos ecológicos e sociais das escolhas alimentares, sendo uma força capaz de motivar o consumo sustentável, indo além das preferências individuais e abraçando compromissos com valores ecológicos e ações políticas diárias (Seyfang, 2006).

Outro aspecto mencionado como um fenômeno evidente nas RAAs é a substituição de canais de compras, destacando a escolha por canais mais alinhados com os princípios dessas redes (Lee, 2022). As feiras de agricultores seriam um desses canais, haja vista que além de pontos de venda tornam-se espaços de interação entre produtor e consumidor, promovendo uma “comunidade informada”, capaz de educar e conscientizar os consumidores da importância de modos mais sustentáveis de produção e consumo (Klimek *et al.*, 2021).

Sobre o alimento em si, Lee (2022) ressalta a preferência dos consumidores por alimentos frescos e minimamente processados. Segundo o autor, esse padrão de compra reflete uma preocupação não só com a qualidade dos produtos, mas com a promoção de escolhas alimentares mais saudáveis e atenção ao modo como esses produtos são produzidos.

Já sobre os recursos compartilhados nas RAAs, Miralles, Dentoni & Pascucci (2017) enfatizam que não há somente o compartilhamento de recursos físicos, mas conhecimento e experiências também tornam-se recursos a serem compartilhados. O compartilhamento de conhecimento também é abordado por Vercher (2022), que destaca a importância de disseminar inovações para uma gama diversificada de atores, sugerindo uma abordagem inclusiva e expansiva pelas RAAs.

Dessa forma, percebe-se um destaque por parte dos autores para a educação como ferramenta para capacitar os consumidores a fazerem escolhas alinhadas a valores éticos e ambientais, cabendo o questionamento de como esse conhecimento deve ser disseminado de forma ampla, de modo que não fique restrito a apenas uma pequena parcela da sociedade.

Valores Compartilhados

Os valores compartilhados pelos membros das RAAs são citados em dezessete dos artigos examinados. Essa característica inerente a essas redes se refere ao conjunto de valores e práticas coletivas onde participantes compartilham narrativas, forjando uma base para a ação coletiva (Zoll *et al.*, 2021). Segundo Darolt *et al.* (2016), a incorporação de princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito pela cultura local e tradições nas relações é uma característica distintiva das RAAs. Esses valores não apenas guiam suas práticas, mas fornecem uma estrutura ética que permeia todas as interações dentro da rede. A compreensão compartilhada desses princípios forma um terreno comum para o engajamento coletivo.

A ecocidadania, destacada por Seyfang (2006), surge como ferramenta na análise dos valores e motivações que mantêm as RAAs. Ao superar a divisão entre “cidadão” e “consumidor”, o autor enfatiza o comprometimento pessoal com a justiça global e ambiental, ressaltando a importância de valores compartilhados na construção das comunidades. Dessa forma, os consumidores saem de um lugar de “meros compradores” para se tornarem “cidadãos-consumidores”, comprometidos com a sociedade na qual estão incluídos. Sobre este aspecto, Manganelli & Moulaert (2018) dão o exemplo da Rede de Compras Solidárias de Bruxelas, com seu compromisso com princípios fundamentais como a defesa da agricultura camponesa, transparência e solidariedade entre consumidores e produtores. Motivações como recreação e saúde, coexistem com motivações orientadas para a sociedade, onde a interseção entre o individual e o coletivo é evidente (Zoll *et al.*, 2018).

A proximidade sociocognitiva e institucional é crucial para a atratividade também no contexto das CSAs, destacando confiança, colaboração e compartilhamento de conhecimento como elementos-chave desses grupos (Gugerell *et al.*, 2021). Esses aspectos ressoam com a importância da formação de comunidades de produtores unidas por laços sociais e valores compartilhados, servindo como base moral para modelos econômicos alternativos (Zhang, 2023).

A interação entre membros, resultando no compartilhamento de valores comuns e contribuindo para uma comunidade coesa (Geissberger & Chapman, 2023), também torna-se importante na transição agroecológica. Uma política alimentar transformadora, conforme Levkoe (2011), sugere que a necessária transição agroecológica implica não apenas em transformações nas práticas alimentares, mas na construção de uma consciência coletiva em torno da alimentação.

Apesar dos valores compartilhados entre os membros das RAAs serem importantes para a construção e manutenção dessas redes, esse modelo também enfrenta tensões entre seus membros. Uma RAA é formada por variados atores que, por vezes, podem apresentar percepções diferentes acerca do objetivo dessa rede (Fourat, Aggeri, & Matt, 2020), assim como diferentes níveis de comprometimento pessoal com essas organizações, fato que também se reflete em variabilidades na cultura dos movimentos e contexto institucional (Sbicca, 2015).

Contudo, de maneira geral, os autores consultados destacam que as RAAs não apenas compartilham valores fundamentais, mas também exibem uma rica diversidade na implementação desses valores, adaptando-se aos contextos locais. A construção de comunidades coesas, baseadas em confiança e valores compartilhados, emerge como uma força motriz na transição para modelos econômicos alternativos.

Desafio ao Paradigma Dominante

A característica de desafio ao modelo organizacional, social ou mercadológico dominante tido pelas RAAs é citado em quinze dos artigos analisados. O cenário alimentar contemporâneo é marcado por uma dinâmica complexa entre as grandes cadeias alimentares e os movimentos sociais alternativos. Segundo Schermer (2015), as grandes cadeias, ao integrar produtos regionais e orgânicos ao seu portfólio, contribuem para uma imagem de autenticidade que atrai o “consumidor híbrido”, que transita entre o convencional e o alternativo, limitando, assim, o crescimento de movimentos sociais contestatórios.

Lundström (2011) destaca a existência de uma “profunda divisão” entre paradigmas agrícolas, sinalizando o potencial conflito entre o modelo corporativo dominante e sistemas alimentares alternativos. Agricultores familiares e de pequeno porte, em resposta à marginalização praticada pelo mercado convencional, adotam padrões alternativos de produção, indicando uma resistência intrínseca ao modelo predominante. Michel (2020) relata essa resistência ao destacar a necessidade de integração de iniciativas alternativas ao mercado, criando uma abordagem coletiva distinta do modelo global predominante.

As organizações alternativas citadas por Rosol (2020) buscam não apenas desafiar as cadeias de abastecimento convencionais, mas também o capitalismo orientado por investidores. Sobre isso, Allen, FitzSimmons, Goodman & Warner (2017) relatam que essas iniciativas possuem uma orientação global, baseada não somente na geração de lucros e uma postura militante em relação às estruturas existentes, apontando para a busca de alternativas que impactam não somente as estruturas internas das organizações, mas a sociedade como um todo.

Segundo Leitheiser *et al.* (2022); Beacham (2018) e Watson (2020) a ênfase na criação de sistemas alimentares sustentáveis e socialmente justos é evidente nas iniciativas alternativas que buscam romper com o paradigma industrial atual, desafiando a totalidade do capitalismo. Touri (2018) destaca o desejo das RAAs por impactos não monetários, afastando-se das concepções convencionais centradas no crescimento econômico.

Entretanto, romper completamente com o sistema dominante vigente torna-se um desafio, dado a forma como o mercado capitalista está estruturado, oferecendo poucas oportunidades para o desenvolvimento de organizações alternativas. Sendo assim, McInnes *et al.* (2017) relatam que, na impossibilidade de rompimento com o sistema atual, muitas organizações buscam promover mudanças incrementais dentro do sistema alimentar existente, encontrando “brechas” onde possam atuar conforme seus preceitos. Reidsma *et al.* (2023) retratam, inclusive, uma preferência dos *stakeholders* às adaptações mais do que a transformações radicais, priorizando sistemas alternativos que melhoram a resiliência do sistema atual. Nesse sentido, Kopczyńska (2017) destaca o exemplo das feiras que, embora sejam importantes elementos das RAAs, apresentam perspectivas de mudança radical limitadas.

Dessa forma, os autores relatam que as RAAs representam oposição ao paradigma dominante ao incorporar práticas e valores distintos. A resistência agrícola, a integração de iniciativas e a busca por impactos não monetários convergem para contestar as relações alimentares convencionais. A ênfase em mudanças incrementais também apontam para a complexidade da relação entre as RAAs e o sistema alimentar convencional, do qual muitas vezes faz parte e/ou é dependente de alguma forma.

Prática de Ativismo e Consciência Política

Os estudos consultados apresentam recorrentemente a prática do ativismo e a presença de uma consciência política como uma característica presente em muitas RAAs; aspectos esses que foram indicados em quinze dos estudos analisados.

As RAAs desempenham um papel multifacetado no ativismo, variando em seu grau de envolvimento político. Algumas funcionam como espaços declarados de ativismo, estabelecendo uma relação dinâmica entre cooperativas e movimentos sociais. Essa interação é permeada por tensões entre aspectos econômicos e não econômicos da cooperação e abrange diferentes esferas de ação civil e política (Fonte & Cucco, 2017; Pasquier Merino, Salcido, Monachon, & Hernández, 2022). O ambiente da *internet* amplifica o alcance dos ativistas, proporcionando novas possibilidades de organização e expressão de dissidência (Schumilas & Scott, 2016).

A distinção entre organizações “ativistas” e “orientadas ao consumidor” destaca diferenças nas atitudes em relação ao espaço e à compreensão das atribuições inerentes às RAAs. Enquanto as organizações ativistas buscam conscientizar sobre as externalidades negativas da produção em larga escala, as organizações voltadas ao consumidor buscam o suprimento das necessidades e demandas desses (Bilewicz & Śpiewak, 2019). No primeiro caso, as RAAs funcionariam como locais de recrutamento tanto para o engajamento político quanto para a prática de consumo consciente, enquanto no segundo caso as RAAs se constituiriam apenas como fornecedora de produtos fora da lógica mercadológica atual como orgânicos, agroecológicos, produzidos por agricultores familiares, dentre outros (Dubuisson-Quellier *et al.*, 2011).

As práticas alternativas nas RAAs são heterogêneas, englobando participantes com motivações diversas. Enquanto alguns participam com atos políticos, opondo-se ativamente aos sistemas agroalimentares globalizados, outros podem se envolver simplesmente para acessar alimentos específicos. A participação política é percebida de maneira diferente entre os atores. Enquanto alguns consideram a militância ativa (por meio de manifestações, protestos, atos de militância, dentre outros) como uma atividade política, outros veem sua opção pela compra de alimentos orgânicos, por exemplo, igualmente como um ato político (Seyfang, 2006; Zoll *et al.*, 2018; Zwart & Mathijs, 2020).

Segundo Levkoe (2011), a política alimentar transformadora nas RAAs vai além da comida em si, desempenhando um papel crucial em movimentos mais amplos por justiça social e sustentabilidade. Isso influencia na construção de narrativas e visões políticas que desafiam o *status quo*, indicando que as iniciativas agroalimentares alternativas também contribuem para um novo imaginário político. A relação dialética entre ativismo alimentar e neoliberalismo ao longo do tempo influencia o hibridismo nas RAAs, destacando a complexidade dessas redes e sua capacidade de se adaptar em resposta a diferentes influências políticas e sociais (Mount & Andrée, 2013).

Assim, em síntese, as RAAs podem emergir como espaços dinâmicos de interseção entre ativismo e práticas alimentares, contribuindo para a construção de narrativas e novas visões políticas, desempenhando um papel significativo nos movimentos mais amplos por justiça social e sustentabilidade.

Desafios à Manutenção e Adaptabilidade das RAAs

Os desafios à manutenção e adaptabilidade das RAAs foram aspectos citados em catorze dos artigos analisados. Diante da crise de saúde da COVID-19, por exemplo, essas redes demonstraram resiliência ao implementar medidas inovadoras, mantendo oportunidades econômicas para produtores e garantindo alimentos frescos aos consumidores urbanos (Song, Robinson & Bardsley, 2022). Um exemplo de ação adotada por muitas RAAs foi o fornecimento de cestas fechadas que deveriam ser pagas antecipadamente pelos consumidores, garantindo tanto recursos financeiros antecipados para a produção desses alimentos para o agricultor, quanto o fornecimento de alimentos de qualidade ao consumidor (Atalan-Helicke & Abiral, 2021). Segundo Tudisca *et al.* (2014) os empreendedores que fazem parte das RAAs conseguem se adaptar às demandas dos consumidores, tornando-se também protagonistas do desenvolvimento territorial.

A diversidade nas RAAs é crucial para uma resposta efetiva a contingências ambientais, incentivando inovações e facilitando a aprendizagem (Quiédeville *et al.*, 2018). Entretanto, a falta de uma organização coletiva mais estruturada e de um quadro teórico abrangente pode dificultar a formação de um movimento consistente (Zoll *et al.*, 2018). A adaptação eficiente, portanto, requer consideração cuidadosa dessa diversidade, pois ela pode tanto facilitar quanto dificultar as relações e manutenção das RAAs.

O desafio na manutenção das RAAs revela-se, dentre outras formas, na necessidade de enfrentar barreiras geográficas, mobilizando atores urbanos e rurais e criando espaços colaborativos para iniciativas com diferentes objetivos (Souza *et al.*, 2023). A ausência de apoio político suficiente para as RAAs, a zona cinzenta regulatória e a falta de reconhecimento pelas autoridades também são obstáculos significativos (Zhong *et al.*, 2022).

Ainda que as RAAs enfrentem êxitos, é crucial reconhecer os desafios cotidianos, como a dificuldade de ser estratégico em meio a incertezas e riscos, e a evidência de certo despreparo por parte dessas redes no quesito gestão (Hoey & Sponseller, 2018). O modelo CSA, por exemplo, enfrenta obstáculos com sua natureza de nicho, atingindo um número reduzido de adeptos, em sua maioria, pessoas pertencentes a classes mais abastadas (Meyer & Hassler, 2023).

A complexidade das RAAs reside na necessidade de compreender e lidar com contradições, adaptando-se a contextos culturais e político-econômicos específicos (Levkoe, 2011; Wahn, 2023). Enfrentar desafios práticos, como a falta de mão de obra especializada, questões trabalhistas e dependência de redes logísticas convencionais, também é uma constante (Darolt *et al.*, 2016; Atalan-Helicke & Abiral, 2021).

Desta forma, as RAAs revelam-se como entidades dinâmicas, adaptáveis, mas não isentas de provações. A capacidade de ajuste às mudanças devido à diversidade interna das redes e a resposta a contingências são habilidades fundamentais. No entanto, a falta de apoio político, a ausência de diretrizes comuns e as barreiras práticas podem dificultar a consolidação e expansão dessas redes.

Práticas Agrícolas não Convencionais

Treze dos estudos analisados destacam as práticas agrícolas não convencionais como uma alternativa ao modelo agrícola industrial e característica recorrente das RAAs. Autores como Reynaud *et al.* (2019) e Freidberg e Goldstein (2011) reconhecem os méritos da promoção da agricultura orgânica e práticas agroecológicas para um desenvolvimento econômico mais sustentável, apresentando a agroecologia como uma poderosa alternativa capaz de unir desenvolvimento à proteção e regeneração ambiental.

No entanto, diferentes abordagens e ênfases emergem dos autores como sendo saídas ao sistema industrial dominante. Dufeu *et al.* (2020) apontam para a possibilidade de as RAAs se concentrarem em práticas agrícolas sustentáveis e orgânicas, enquanto que a ênfase em CCCs é citada por Souza *et al.* (2023). A atenção à sustentabilidade na produção, incluindo o cuidado com a água e a minimização do uso de agroquímicos, é destacada por Ramírez e Cadavid-Castro (2022), enquanto que a necessidade de uma abordagem sociopolítica para a agroecologia, indo além dos desafios técnicos, é destacada por Bottazzi e Boillat (2021).

A importância de práticas agrícolas mais sustentáveis e que considerem a regeneração dos sistemas é apontada por Leitheiser *et al.* (2022) que introduzem o termo “*proto-regenerative farmers*” para descrever agricultores que exploram estratégias de regeneração na prática. Esses autores discutem a “descomodificação”² da terra, trabalho e alimentos, e relações recíprocas por meio de agrupamento cooperativo de recursos e troca entre agricultores.

A proteção ambiental integrada é enfatizada, destacando a necessidade de ferramentas de planejamento e regulamentações regionais adaptadas, considerando fatores humanos e promovendo a melhoria da agrobiodiversidade (Pinna, 2016). Por sua vez, Reidsma *et al.* (2023) enfatizam que essas ferramentas e planejamento estão intimamente ligadas ao uso e implementação de novas tecnologias mais eficientes que vêm surgindo, tecnologias essas que influenciam diretamente na diversificação das práticas agrícolas orgânicas ou amigáveis à natureza.

Independente das práticas utilizadas, Michel (2020) destaca que o foco das RAAs deve ser a integração dessas iniciativas alternativas, evidenciando esforços colaborativos para criar uma abordagem coletiva dos sistemas de produção distintos do modelo global predominante.

Em suma, o diálogo entre os autores destaca convergências essenciais em torno da agroecologia e sustentabilidade nas RAAs, sendo as divergências refletidas na forma como esses objetivos devem ser implementados. Contudo, essa diversidade de perspectivas acaba por enriquecer o debate, promovendo uma abordagem holística para enfrentar os desafios globais na produção de alimentos.

Conclusões

As RAAs se destacam como agentes de transformação no cenário alimentar, apresentando uma complexidade de características e desafios. Apesar de não ser possível elaborar um rol de aspectos e dinâmicas que caracterizem com fidedignidade as RAAs e seu aspecto alternativo, alguns aspectos abordados pela literatura podem indicar elementos de importância nessa discussão, haja vista a frequência com que aparecem nos artigos.

O aspecto local das RAAs é uma recorrente na literatura, mas a análise revela uma diversidade de perspectivas sobre a interpretação, implementação e desafios relacionados a esse aspecto. Enquanto muitos autores convergem em torno da valorização do elemento local, destacando benefícios como proximidade e participação comunitária, outros destacam aspectos negativos como dificuldade de escalonamento, falta de infraestrutura e capacidade organizacional. Além disso, há vozes que questionam o localismo como uma característica desejável ou aplicável a todas as RAAs.

A interseção entre escolha consciente e consumo responsável destaca a educação como ferramenta crucial para alinhar escolhas alimentares a valores éticos e ambientais, impulsionando a construção de uma cidadania alimentar informada. Já as práticas agrícolas não convencionais, como a agroecologia, surgem como alternativas ao modelo agrícola industrial. Contudo, a diversidade de perspectivas sobre a implementação dessas práticas é evidente, com autores destacando a importância da sustentabilidade na produção, outros a necessidade de uma abordagem sociopolítica, outros ainda a ênfase na regeneração dos sistemas agrícolas e a integração colaborativa de iniciativas alternativas, dentre outros.

A preocupação com questões econômicas, sociais e ambientais, além do simples foco mercadológico, também é uma das características mais citadas como inerentes às RAAs, retratando-as como catalisadoras de transformação social, promovendo uma agricultura mais sustentável e sistemas alimentares equitativos. Apesar disso, existe uma percepção de que as RAAs possuem potencial limitado para impulsionar mudanças sociais mais amplas, devido a desafios relacionados à definição clara de uma identidade e seu alcance e amplitude, por vezes, reduzidos.

Mesmo com essa “falta de uma identidade clara” as relações entre os atores nas RAAs transcendem a simples transação econômica, originando comunidades interdependentes, enfatizando a importância de relações confiáveis para o fortalecimento dessas redes. A diversidade de valores compartilhados, como autonomia e justiça social, evidencia a adaptabilidade dessas redes a contextos locais específicos.

Essas especificidades inerentes às diferentes localidades também se exprimem na multiplicidade de estruturas organizacionais das RAAs, que não apenas se fazem presentes por meio de feiras, cooperativas, etc., mas também na diversidade de papéis desempenhados por consumidores, produtores, intermediários e organizadores. A variedade nas regras e relacionamentos entre os atores também torna-se um diferencial das RAAs.

Do mesmo modo, a prática do ativismo e a consciência política emergem como características desses atores, destacando o papel significativo das RAAs nos movimentos por justiça social e sustentabilidade. Essas redes desempenham papéis variados no ativismo, com diferentes níveis de envolvimento político. Algumas funcionam explicitamente como espaços de ativismo, estabelecendo relações dinâmicas entre organizações e movimentos sociais, enquanto outras moldam seu envolvimento político de maneiras mais sutis.

Apesar da notável capacidade de adaptação, as RAAs enfrentam desafios, como a falta de apoio político e diretrizes comuns, que podem dificultar sua consolidação e expansão. Entretanto, mesmo enfrentando dificuldades para sua criação e manutenção, as RAAs desafiam o paradigma dominante implementando novas formas organizacionais e de relacionamento entre os atores,

integrando iniciativas, buscando impactos não monetários e apontando para mudanças incrementais na complexa relação com o sistema alimentar global dominante.

Em síntese, este artigo buscou compreender de que forma as RAAs se constituem como organizações distintas frente ao modelo alimentar convencional, explorando as características e dinâmicas que configuram sua alternatividade. A partir de uma análise sistemática da literatura, foi possível identificar elementos recorrentes que, embora heterogêneos, fornecem indícios relevantes sobre as múltiplas formas de existência e atuação das RAAs. A principal contribuição teórica deste trabalho reside justamente em evidenciar que a alternatividade não é um atributo fixo, mas um campo em constante mutação, onde diferentes valores, práticas e estruturas organizacionais coexistem e tensionam o sistema alimentar dominante.

Os achados deste estudo apontam para a necessidade de pesquisas futuras que analisem comparativamente experiências concretas de RAAs em contextos distintos, permitindo explorar mais a fundo os mecanismos de regulação, os modos de governança e os impactos socioambientais dessas redes. Cabe ainda ressaltar que as conclusões aqui apresentadas estão limitadas ao escopo da literatura analisada, não podendo ser generalizadas para todas as RAAs existentes, dada a diversidade de formatos e contextos que compõem esse campo.

Nesse sentido, a distribuição geográfica dos artigos analisados permitiu identificar tanto particularidades locais quanto similaridades transnacionais na conformação das RAAs, oferecendo uma visão importante da chamada “cena alimentar contemporânea”. A presença de estudos de abordagem teórica também contribuiu para uma compreensão mais ampla do fenômeno em questão.

No entanto, vale destacar que a presença de pesquisas sobre RAAs provenientes de algumas regiões do globo é ainda limitada nas principais plataformas de indexação acadêmica, particularmente nos casos da África, Oceania e América Central. Isso indica que, embora o panorama traçado neste estudo seja relativamente abrangente, ele não é completo, uma vez que a ausência de mais estudos dessas regiões nessas bases impede o acesso a experiências relevantes onde, muitas vezes, os desafios alimentares são profundos e onde as RAAs podem desempenhar um papel estratégico na construção de soluções sustentáveis e adaptadas às realidades locais.

Também se observa uma predominância de análises descritivas em detrimento de abordagens mais críticas, capazes de explorar contradições, ambivalências e disputas no interior dessas redes. Por fim, a relação das RAAs com tecnologias digitais, plataformas de comercialização e mídias sociais permanece pouco explorada, embora seja um aspecto cada vez mais relevante.

Diante disso, recomendam-se, para pesquisas futuras, investigações empíricas que explorem o funcionamento concreto das RAAs em diferentes escalas territoriais; estudos que analisem suas interações com políticas públicas; trabalhos que ampliem a cobertura regional da literatura, sobretudo em contextos africanos, oceânicos e centro-americanos ainda pouco visibilizados; e análises que considerem criticamente os limites e possibilidades da alternatividade. Abordagens interdisciplinares e comparativas podem contribuir para uma compreensão mais densa, situada e abrangente dessas experiências.

Contudo, mesmo diante das limitações mencionadas, este estudo contribui para a compreensão das principais dinâmicas que permeiam as RAAs e seus desafios na construção de sistemas alimentares mais éticos e sustentáveis. Os autores não concordam completamente sobre

quais elementos realmente definiriam as RAAs e sua alternatividade e as diferenciariam das redes alimentares convencionais, no entanto, todos os aspectos mencionados foram massivamente discutidos pelos autores, representando elementos importantes no atual cenário das RAAs, destacando a relevância desses componentes no atual panorama alimentar mundial.

Referências

- Allen, P., FitzSimmons, M., Goodman, M., & Warner, K. (2017). Shifting plates in the agrifood landscape: The tectonics of alternative agrifood initiatives in California. In *The Rural* (pp. 149–164). Routledge. doi:10.1016/S0743-0167(02)00047-5.
- Atalan-Helicke, N., & Abiral, B. (2021). Alternative food distribution networks, resilience, and urban food security in Turkey during the COVID-19 pandemic. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 10(2), 89–104. doi:10.5304/jafscd.2021.102.021.
- Bauermeister, M. R. (2016). Social capital and collective identity in the local food movement. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 14(2), 123–141. doi:10.1080/14735903.2015.1042189.
- Beacham, J. (2018). Organising food differently: Towards a more-than-human ethics of care for the Anthropocene. *Organization*, 25(4), 533–549. doi:10.1177/1350508418777893.
- Beckie, M. A., Kennedy, E. H., & Wittman, H. (2012). Scaling up alternative food networks: Farmers' markets and the role of clustering in western Canada. *Agriculture and Human Values*, 29, 333–345. doi:10.1007/s10460-012-9359-9.
- Belda-Miquel, S. (2022). Expanding well-being by participating in grassroots innovations: Using the capability approach to explore the interest of alternative food networks for community social services. *The British Journal of Social Work*, 52(6), 3618–3634. doi:10.1093/bjsw/bcac003.
- Bilewicz, A., & Śpiewak, R. (2019). Beyond the “northern” and “southern” divide: Food and space in Polish consumer cooperatives. *East European Politics and Societies*, 33(3), 739–763. doi:10.1177/0888325418806046.
- Bottazzi, P., & Boillat, S. (2021). Political agroecology in Senegal: Historicity and repertoires of collective actions of an emerging social movement. *Sustainability*, 13(11), 6352. doi:10.3390/su13116352.
- Chiffolleau, Y., Millet-Amrani, S., Canard, A., & Garçon, L. (2019). The participatory construction of new economic models in short food supply chains. *Journal of Rural Studies*, 68, 182–190. doi:10.1016/j.jrurstud.2019.01.019.
- Connolly, R., Bogue, J., & Repar, L. (2022). Farmers' markets as resilient alternative market structures in a sustainable global food system: A small firm growth perspective. *Sustainability*, 14(18), 11626. doi:10.3390/su141811626.
- Darolt, M. R., Lamine, C., Brandenburg, A., Alencar, M. C. F., & Abreu, L. S. (2016). Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. *Ambiente & Sociedade*, 19, 1–22. doi:10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016.

- Dubuisson-Quellier, S., Lamine, C., & Le Velly, R. (2011). Citizenship and consumption: Mobilisation in alternative food systems in France. *Sociologia Ruralis*, 51(3), 304–323. doi:10.1111/j.1467-9523.2011.00547.x.
- Dufeu, I., Le Velly, R., Bréchet, J., & Loconto, A. (2020). Can standards save organic farming from conventionalisation? Dynamics of collective projects and rules in a French organic producers' organisation. *Sociologia Ruralis*, 60(3), 621–638. doi:10.1111/soru.12284.
- Escobar-López, S. Y., Orozco-Rodríguez, E. J., & Olvera-Castro, B. (2022). Explorando lo "alternativo" en los Mercados Alternativos del centro de México. *Informacion Tecnica Economica Agraria*, 118(3). doi:10.51989/aeades.2022.v118.i3.1091.
- Fonte, M., & Cucco, I. (2017). Cooperatives and alternative food networks in Italy. The long road towards a social economy in agriculture. *Journal of Rural Studies*, 53, 291–302. doi:10.1016/j.jrurstud.2017.03.003.
- Fourat, E., Aggeri, F., & Matt, M. (2020). Social inclusion in an alternative food network: Values, practices and tensions. *Journal of Rural Studies*, 76, 49–57. doi:10.1016/j.jrurstud.2020.03.008.
- Freidberg, S., & Goldstein, L. (2011). Alternative food in the global south: Reflections on a direct marketing initiative in Kenya. *Journal of Rural Studies*, 27(1), 24–34. doi:10.1016/j.jrurstud.2010.09.006.
- Gaitán-Cremaschi, D., Klerkx, L., Duncan, J., Trienekens, J. H., Huenchuleo, C., Dogliotti, S., Contesse, M. E., & Rossing, W. A. H. (2019). Characterizing diversity of food systems in view of sustainability transitions: A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 39(1), artigo 1. doi:10.1007/s13593-018-0542-6.
- González, C., & Lorenzini, J. (2021). Multiple understandings of sustainability among alternative food organizations in Geneva. *Sustainability*, 13(24), 13925. doi:10.3390/su132413925.
- Geissberger, S., & Chapman, M. (2023). The work that work does: How intrinsic and instrumental values are transformed into relational values through active work participation in Swiss community supported agriculture. *People and Nature*, 5(5), 1649–1663. doi:10.1002/pan3.10534.
- Gugerell, C., Mühlmann, K., Schermer, M., & Wolf, C. (2021). Know the farmer that feeds you: A cross-country analysis of spatial-relational proximities and the attractiveness of community supported agriculture. *Agriculture*, 11(10), 1006. doi:10.3390/agriculture11101006.
- Guarascio, C. (2022). Networks of solidarity economy, tools for local development and social innovation. *International Review of Economics*, 69(3), 383–400. doi:10.1007/s12232-022-00392-4.
- Hoey, L., & Sponseller, A. (2018). "It's hard to be strategic when your hair is on fire": Alternative food movement leaders' motivation and capacity to act. *Agriculture and Human Values*, 35, 595–609. doi:10.1007/s10460-018-9860-9.
- Klimek, M., Pöllinger-Schwinghammer, J., & Kromp-Kolb, H. (2021). From Schnitzel to sustainability: Shifting values at Vienna's urban farmers markets. *Sustainability*, 13(15), 8327. doi:10.3390/su13158327.

- Kopczyńska, E. (2017). Economies of acquaintances: Social relations during shopping at food markets and in consumers' food cooperatives. *East European Politics and Societies*, 31(3), 637–658. doi:10.1177/0888325417703569.
- Kump, B., & Fikar, C. (2021). Challenges of maintaining and diffusing grassroots innovations in alternative food networks: A systems thinking approach. *Journal of Cleaner Production*, 317, 128407. doi:10.1016/j.jclepro.2021.128407.
- Lee, D. (2022). Effects of food cooperative membership on what consumers buy and where they buy: Evidence from Korean household panel data 2015–2019. *Sustainability*, 14(19), 12197. doi:10.3390/su141912197.
- Leitheiser, S., Fischer, J., Hermans, F., & Delhey, J. (2022). Regeneration at a distance from the state: From radical imaginaries to alternative practices in Dutch farming. *Sociologia Ruralis*, 62(4), 699–725. doi:10.1111/soru.12396.
- Levkoe, C. Z. (2014). The food movement in Canada: A social movement network perspective. *Journal of Peasant Studies*, 41(3), 385–403. doi:10.1080/03066150.2014.887961.
- Levkoe, C. Z. (2011). Towards a transformative food politics. *Local Environment*, 16(7), 687–705. doi:10.1080/13549839.2011.595914.
- Lino, B. D., Rover, O. J., & Pereira, M. G. (2021). Acesso à mercados de alimentos orgânicos via cadeias curtas: Um estudo qualitativo sobre dificuldades e estratégias para aproximar produção e consumo na opinião de agricultores familiares da grande Florianópolis. doi:10.5007/2175-7925.2021.e77514.
- Liu, P., Ravenscroft, N., Ding, D., & Li, D. (2019). From pioneering to organised business: the development of ecological farming in China. *Local Environment*, 24(6), 539–553. doi:10.1080/13549839.2019.1601666.
- Lundström, M. (2011). Dynamics of the livestock revolution: Marginalization and resistance in southern Brazil. *Journal of Sustainable Agriculture*, 35(2), 208–232. doi:10.1080/10440046.2011.543452.
- Manganelli, A., & Moulaert, F. (2018). Hybrid governance tensions fuelling self-reflexivity in Alternative Food Networks: The case of the Brussels GASAP (solidarity purchasing groups for peasant agriculture). *Local Environment*, 23(8), 830–845. doi:10.1080/13549839.2018.1481546.
- Manganelli, A., Van Den Broeck, P., & Moulaert, F. (2020). Socio-political dynamics of alternative food networks: A hybrid governance approach. *Territory, Politics, Governance*, 8(3), 299–318. doi:10.1080/21622671.2019.1633534.
- Manser, G. M. (2022). Systematizing authenticity and codifying values: The role of values, standards, and governance at farmers markets. *Journal of Rural Studies*, 96, 154–166. doi:10.1016/j.jrurstud.2022.10.007.
- McInnes, A., Fraser, E., Gedalof, Z., & Prata, J. (2017). A quantitative analysis of food movement convergence in four Canadian provinces. *Agriculture and Human Values*, 34, 787–804. doi:10.1007/s10460-017-9769-9.

- Meyer, J. M., & Hassler, M. (2023). Re-thinking knowledge in community-supported agriculture to achieve transformational change towards sustainability. *Sustainability*, 15(18), 13388. doi:10.3390/su151813388.
- Michel, S. (2020). Collaborative institutional work to generate alternative food systems. *Organization*, 27(2), 314–336. doi:10.1177/1350508419895101.
- Miralles, I., Dentoni, D., & Pascucci, S. (2017). Understanding the organization of sharing economy in agri-food systems: Evidence from alternative food networks in Valencia. *Agriculture and Human Values*, 34, 833–854. doi:10.1007/s10460-017-9781-0.
- Mount, P., & Andrée, P. (2013). Visualising community-based food projects in Ontario. *Local Environment*, 18(5), 578–591. doi:10.1080/13549839.2012.756282.
- Pasquier Merino, A. G., Salcido, G. T., Monachon, D. S., & Hernández, J. G. V. (2022). Alternative Food Networks, social capital, and public policy in Mexico City. *Sustainability*, 14(23), 16278. doi:10.3390/su142316278.
- Pinna, S. (2016). Alternative Food Networks, agro-biodiversity and landscape protection: Lessons from two rural parks. *Regional Studies, Regional Science*, 3(1), 455–462. doi:10.1080/21681376.2016.1206132.
- Plumecocq, G., Debril, T., Duru, M., Magrini, M., Sarthou, J. P., & Therond, O. (2018). The plurality of values in sustainable agriculture models. *Ecology and Society*, 23(1). doi:10.5751/ES-09945-230132.
- Qi, M. (2023). Beyond social embeddedness: Probing the power relations of alternative food networks in China. *Agriculture and Human Values*, 1–13. doi:10.1007/s10460-023-10427-0.
- Quiédeville, S., Bassene, J., Lançon, F., Chabrol, D., & Moustier, P. (2018). Systemic sustainability of the French organic rice and PGI Einkorn value chains: A preliminary assessment based on network analysis. *Sustainability*, 10(7), 2344. doi:10.3390/su10072344.
- Ramírez, B. D. G., & Cadavid-Castro, M. A. (2022). Calidad e inocuidad de los alimentos en redes alimentarias alternativas: Estudio de casos en Medellín, Colombia. *Acta Agronómica*, 71(4). doi:10.15446/acag.v71n4.103005.
- Reckinger, R. (2018). Social change for sustainable localised food sovereignty: Convergence between prosumers and ethical entrepreneurs. *Social Change for Sustainable Localised Food Sovereignty*, 174–192. doi:10.4324/9781315104866-10.
- Reidsma, P., Accatino, F., Appel, F., Gavrilescu, C., Krupin, V., Tasevska, G. M. ... Paas, W. (2023). Alternative systems and strategies to improve future sustainability and resilience of farming systems across Europe: From adaptation to transformation. *Land Use Policy*, 134, 106881. doi:10.1016/j.landusepol.2023.106881.
- Reynaud, E., Fulconis, F., & Paché, G. (2019). Agro-ecology in action: The environmental oasis projects. *Environmental Economics*, 10, 66–78. doi:10.21511/ee.10(1).2019.06.
- Rignall, K. E., Tanaka, K., Velandia, M., Trejo-Pech, C., Del Brocco, A., Messer, N., & Cuellar, T. (2022). The Practice of Food Justice: How Food Hubs Negotiate Race and Place in the Eastern

- United States. *Culture, Agriculture, Food and Environment*, 44(2), 132–142. doi:10.1111/cuag.12301.
- Rosol, M. (2020). On the significance of alternative economic practices: Reconceptualizing alterity in alternative food networks. *Economic Geography*, 96(1), 52–76. doi:10.1080/00130095.2019.1627916.
- Sacchi, G., Stefani, G., Romano, D. & Nocella, G. (2022). Consumer renaissance in Alternative Agri-Food Networks between collective action and co-production. *Sustainable Production and Consumption*, 29, 311–327. doi:10.1016/j.spc.2021.11.002.
- Sbicca, J. (2015). Food labor, economic inequality, and the imperfect politics of process in the alternative food movement. *Agriculture and Human Values*, 32, 675–687. doi:10.1007/s10460-015-9611-z.
- Schermer, M. (2015). From “food from nowhere” to “food from here:” Changing producer–consumer relations in Austria. *Agriculture and Human Values*, 32, 121–132. doi:10.1007/s10460-014-9549-5.
- Schumilas, T., & Scott, S. (2016). Beyond ‘voting with your chopsticks’: Community organising for safe food in China. *Asia Pacific Viewpoint*, 57(3), 301–312. doi:10.1111/apv.12134.
- Seyfang, G. (2006). Ecological citizenship and sustainable consumption: Examining local organic food networks. *Journal of Rural Studies*, 22(4), 383–395. doi:10.1016/j.jrurstud.2006.01.004.
- Si, Z., & Scott, S. (2016). The convergence of alternative food networks within “rural development” initiatives: The case of the New Rural Reconstruction Movement in China. *Local Environment*, 21(9), 1082–1099. doi:10.1080/13549839.2016.1171836.
- Song, B., Robinson, G. M., & Bardsley, D. K. (2022). Multifunctionality and path dependence: Farmer decision-making in the peri-urban fringe. *Journal of Rural Studies*, 96, 64–77. doi:10.1016/j.jrurstud.2022.09.006.
- Souza, M. C., Rover, O. J., & Forno, F. (2023). Food networks and agroecology in the Province of Trento–Italy. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 7, 1130082. doi:10.3389/fsufs.2023.1130082.
- Śpiwak, R., & Goszczyński, W. (2023). Alternative food networks from the institutional perspective. *The International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 29(1), 5–24. doi:10.48416/ij saf.v29i1.127.
- Tavella, E., & Papadopoulos, T. (2017). Applying OR to problem situations within community organisations: A case in a Danish non-profit, member-driven food cooperative. *European Journal of Operational Research*, 258(2). doi:10.1016/j.ejor.2016.08.056.
- Touri, M. (2018). Development and communication in trade relations: New synergies in theory and practice. *Development in Practice*, 28(3), 388–399. doi:10.1080/09614524.2018.1444214.
- Trauger, A., & Passidomo, C. (2012). Towards a post-capitalist-politics of food: Cultivating subjects of community economies. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 11(2), 282–303. doi:10.14207/sibi.2022.1.282-303.

- Tudisca, S., Di Trapani, A. M., Sgroi, F., & Testa, R. (2014). Role of alternative food networks in Sicilian farms. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 22(1), 50–63. doi:10.1504/IJESB.2014.062141.
- Venn, L., Kneafsey, M., Holloway, L., Cox, R., Dowler, E., & Tuomainen, H. (2006). Researching European ‘alternative’ food networks: Some methodological considerations. *Area*, 38(3), 248–258. doi:10.1111/j.1475-4762.2006.00693.x.
- Vercher, N. (2022). Territorial social innovation and alternative food networks: The case of a new farmers’ cooperative on the island of Ibiza (Spain). *Agriculture*, 12(6), 748. doi:10.3390/agriculture12060748.
- Wahn, I.-L. (2023). The moralities of consumption and interactions among consumer cooperatives in East Asia. *Journal of Rural Studies*, 100, 103018. doi:10.1016/j.jrurstud.2023.103018.
- Watson, D. J. (2020). Working the fields: The organization of labour in community supported agriculture. *Organization*, 27(2), 291–313. doi:10.1177/1350508419895100.
- Zhang, Q. F. (2023). Producers’ transition to alternative food practices in rural China: Social mobilization and cultural reconstruction in the formation of alternative economies. *Agriculture and Human Values*, 1–16. doi:10.1007/s10460-023-10444-z.
- Zhong, S., Hughes, A., Crang, M., Zeng, G., & Hocknell, S. (2022). Fragmentary embeddedness: Challenges for alternative food networks in Guangzhou, China. *Journal of Rural Studies*, 95, 382–390. doi:10.1016/j.jrurstud.2022.08.016.
- Zoll, F., Specht, K., Opitz, I., Siebert, R., Piore, A., & Zasada, I. (2018). Individual choice or collective action? Exploring consumer motives for participating in alternative food networks. *International Journal of Consumer Studies*, 42(1), 101–110. doi:10.1111/ijcs.12403.
- Zoll, F., Specht, K., & Siebert, R. (2021). Alternative= transformative? Investigating drivers of transformation in alternative food networks in Germany. *Sociologia Ruralis*, 61(3), 638–659. doi:10.1111/soru.12328.
- Zwart, T. A., & Mathijs, E. (2020). Exploring emergent practices in alternative food networks: Voedselteams in Belgium. *Journal of Rural Studies*, 80, 586–594. doi:10.1016/j.jrurstud.2020.08.006.

Financiamento

A autora não recebeu apoio financeiro para a pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

Notas

1. Neste estudo, opta-se pela utilização do termo “redes alimentares alternativas” em vez de “redes agroalimentares alternativas”, por considerar que o primeiro expressa de maneira mais ampla as múltiplas dimensões que compõem as experiências analisadas. Enquanto o conceito de redes agroalimentares alternativas enfatiza a dimensão agro, relacionada às práticas agrícolas e produtivas no campo. O termo redes alimentares alternativas abrange tanto os

aspectos da produção quanto os da circulação, distribuição e consumo dos alimentos, incluindo as relações sociais, econômicas e simbólicas que se formam em torno deles. Assim, o foco recai sobre as formas organizacionais e as práticas sociais que buscam se diferenciar do sistema alimentar convencional, promovendo circuitos curtos, valores de solidariedade e princípios de sustentabilidade. Essa escolha também se alinha à literatura internacional recente, que tem adotado o termo *Alternative Food Networks* (AFNs) para designar tais experiências de reconfiguração dos modos de produzir, distribuir e consumir alimentos.

2. A descomodificação seria a ideia de retirar o conceito de *commodity* atribuído a alguns elementos; neste caso, mudar a ideia de que a terra, trabalho e alimentos seriam meras mercadorias a serem comercializadas, focando nas relações em que esses elementos estão envolvidos e seus reflexos na esfera social.

Autoria

Tânia Soares da Silva

Graduada em turismo pela Universidade Estácio de Sá de Santa Catarina e administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestranda em administração e técnica administrativa em educação na UFSC. Integra o Observatório da Realidade Organizacional da UFSC, grupo de pesquisa dedicado à análise crítica das práticas e formas organizacionais contemporâneas, com ênfase em práticas alternativas, inovação social, gestão cultural e gênero.

E-mail: tania.soares@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6117-0811>

Conflito de interesses

A autora informa que não há conflito de interesses.

Linguagem inclusiva

A autora usa linguagem inclusiva que reconhece a diversidade, demonstra respeito por todas as pessoas, é sensível a diferenças e promove oportunidades iguais.

Contribuição dos autores

Primeira autora: concepção, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação, visualização, redação – rascunho original, redação – revisão e edição.

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional